



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

1

336

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento nº 0021380-17.2012.8.17.0000 (0289294-6)**

**Embargante:** FICAMP S/A – Indústria Textil

**Embargado:** RCA Fomento Mercantil Ltda

**Relator:** Des. Jones Figueirêdo Alves

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ACÓRDÃO EMERGENTE DO JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES INOCORRENTES. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Inocorrência de omissão no acórdão recorrido, que enfrentou todos os pontos imprescindíveis ao deslinde da causa, e as questões trazidas foram devidamente respondidas e resolvidas, não havendo, assim, o que se esclarecer na decisão embargada.
2. Embargos rejeitados à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento nº 0021380-17.2012.8.17.0000 (0289294-6), em que figura como embargante FICAMP S/A – Indústria Textil e como embargado RCA Fomento Mercantil Ltda, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na conformidade do relatório e do voto, que integram este aresto.

Recife, 21 de março de 2013.

Des. Jones Figueirêdo Alves  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

334  
*[assinatura]*

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento nº 0289294-6

Embargante: FICAMP S/A – Indústria Textil

Embargados: RCA Fomento Mercantil Ltda

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

**RELATÓRIO**

Cuida-se de embargos de declaração interpostos ao acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 0289294-6, em que a embargante, FICAMP S/A – Indústria Textil, alega ter ocorrido omissão.

Argumenta a embargante que a decisão impugnada deixou de apreciar sua alegação de que o imóvel penhorado pertence à pessoa estranha à relação processual, bem como inexistiu discussão acerca da desconsideração da personalidade jurídica capaz de autorizar eventual constrição dos bens de seus sócios.

Requer o provimento dos embargos, com o objetivo de suprir as omissões apontadas.

Por independer de pauta, trago o feito em mesa para julgamento por esta Câmara.

**VOTO**

Para melhor elucidar a questão tenha-se o acórdão embargado:

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE INEPCIA DA PEÇA RECURSAL REJEITADA. DESIGNAÇÃO DE PRAÇA. BEM HIPOTECADO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO. IMPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.**

**1. Preliminar: Inépcia da peça recursal**

**1.1. Certo que a exposição dos motivos fáticos e jurídicos dispostos nas razões recursais deve guardar consonância com a matéria tratada no *decisum* impugnado. Não havendo essa correlação é de não se conhecer do recurso, face sua flagrante inadmissibilidade.**

*[assinatura]*



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

338  
2  
[assinatura]

1.2. No caso, embora a peça recursal apresente certa deficiência de motivação não se pode dizer, de outra parte, que se acha inepta. Por essa razão, inacolho-se a preliminar considerando que a parte agravante externou, mesmo de forma sucinta, a sua irresignação quanto a designação da praça.

**2. Mérito:**

2.1. Segundo prescreve o art. 1.422, caput, do Código Civil: "O credor hipotecário e o pignoratício têm o direito de excutir a coisa hipotecada, ou empenhada, e preferir, no pagamento, a outros credores, observada, quanto à hipoteca, a prioridade na inscrição."

2.2. O fato é que a hipoteca não pode obstar a penhora ou a hasta pública. A exigência que se impõe, antes da arrematação, diz respeito a intimação do credor hipotecário conforme exige o art. 615, inciso II do CPC.

3. Agravo de Instrumento improvido, para manter a designação da praça, desde que haja a intimação do credor hipotecário antes da arrematação.

Pois bem.

Sabemos que somente se justifica o manejo dos embargos de declaração, nos contornos definidos no art. 535 do Código de Ritos, com o escopo de expungir ou afastar do provimento jurisdicional eventuais obscuridades, contradições ou ainda suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.

Na hipótese dos autos, não se verificam as omissões apontadas. A decisão impugnada abordou toda a matéria de forma coerente, nos limites em que foi posta em Juízo.

Ressalte-se que é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que "O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão" (EDcl nos EDcl no MS 14.604/DF, Rel. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 09/11/2011).

Desta forma, verifica-se que a decisão recorrida não incorreu em nenhuma omissão, apreciando exaustivamente as questões relevantes para o julgamento da controvérsia.

Em verdade, observa-se que a parte recorrente almeja rediscutir a matéria, o que não se admite pela via dos aclaratórios.

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

339  
3  
[assinatura]

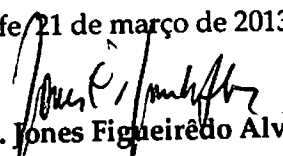
Desta forma, tem-se que a presente decisão deixou clara a motivação expendida, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, pelo que cuido ser conveniente que seus argumentos sejam tecidos no recurso cabível, a fim de ser apreciado pela Instância Superior, caso seja do interesse da parte vencida.

Consequentemente, não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos.

Assim, REJEITO estes Embargos de Declaração interpostos por Sul FICAMP S/A – Indústria Textil, mantendo-se o acórdão em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21 de março de 2013

  
Des. Jones Figueirêdo Alves  
Relator